



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Conselho Gestor Campus GV

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO CAMPUS UFJF/GV

Ata da 37ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Campus UFJF/GV, realizada no dia 8 (oito) de junho de 2021 (dois mil e vinte e um), às 14h00 (quatorze horas), na sala de reunião virtual do Conselho Gestor, através do link: <https://sigam3.ufjf.br/index.php/siga/publico/mconf/join/9067>. Presentes o Presidente do Conselho Gestor, Prof. Ângelo Márcio Leite Denadai, Diretor-Geral do Campus GV, que presidiu a reunião, o Vice-Diretor Geral Prof. Alex Sander de Moura, o Diretor do ICV, Prof. Leandro de Moraes Cardoso, Diretor do ICSA a Prof.ª Nathane Fernandes da Silva e os demais conselheiros: Coordenadores de Cursos, Antônio Carlos Rodrigues (administração), Juliana Pogliacarini (Farmácia), Meirele Rodrigues Gonçalves (Ed. Física), Adhemar Dias de Figueiredo Neto (medicina), Schirley Maria Policario (Ciências Contábeis), Rafael Binato Junqueira (Pós-Graduação), Fabiana Roberta Nunes Carnaúba (Fisioterapia), Bernardo César Costa (odontologia), Cibele Velloso Rodrigues (pós-graduação), John Leno Castro dos Santos (Ciências Econômicas), Cynthia Lessa (Direito), Ione Maria de Matos (PROFIBIO). Chefes de Departamento, Rafael Marins Rezende (Fisioterapia), Clarice Lima Álvares Da Silva (nutrição), Erly Guilherme Azevedo (Farmácia), Silvana Lopes Nogueira Lahr (Ed. Física), Héder José Ribeiro (medicina), Geraldo Moreira Bittencourt (Ciências Econômicas), Andre Drumond Mello Silva (Direito), Mariane Floriano Lopes Santos Lacerda (Odontologia), Fábio Alessandro Pieri (DCBV), Nathalia Carvalho Moreira (Administração), Raquel Berger Deorce (Ciências Contábeis). Representantes dos TAE's, Alessandro Roberto Rocha, Ivan Bretas Vasconcelos, Jenifer Carvalho Grossi. Representante Sindical Docente, não houve representação. Representantes Discentes, Aline Lisboa Vieira, Demais presentes: Isadora Camargos Pacheco, Angelica Cotta Lobo Leite Carneiro, Maria Alice Franco de Vasconcelos, Ricardo Cunha Grunewald Zarantoneli, Diener Maick Piske, Iracema Martins, Webert Arão, Wesley Nascimento e demais membros da comunidade acadêmica. No expediente: O presidente iniciou a reunião cumprimentando os presentes e agradecendo a presença de todos. Diretor prestou homenagens aos atingidos pelo Corona Vírus, e frisou a necessidade da manutenção dos cuidados da população e da comunidade acadêmica do Campus GV. Ordem do dia. Pauta: 1-Aprovação da ata da 36ª reunião do Conselho Gestor, sem destaques apresentados pelos conselheiros, sendo 22 votos favoráveis e 11 abstenções. 2-Solicitação de aprovação de pauta. Foi apresentada a pauta, que entrou em regime de discussão, sem destaques, entrou em regime de votação sendo 30 votos favoráveis e 04 abstenções. 3-Foi realizada a apresentação da Nova Direção Geral. Eis que foi a primeira reunião do Conselho Gestor realizada pela nova direção. 4-Apresentação do Plano de Gestão da atual Direção. O Prof. Ângelo Denadai introduziu o assunto, informando da importância de se ter um plano de gestão no qual a comunidade acadêmica possa entender as estratégias de ação da atual direção, além de se possibilitar a transparência das ações. Destacou que o Coordenador Administrativo Ricardo Grunewald esteve à frente do processo, que contou com a importante contribuição do Prof. Hilton Emanuel do Departamento de Economia, além da participação de todos os membros da equipe. Finalizou sua fala dizendo que a atual gestão tinha plena ciência dos inúmeros desafios e que, com o plano de gestão, será possível apresentar para a comunidade um mecanismo de monitoramento da gestão. Passou então a palavra para o Coordenador Administrativo que fez a apresentação do plano. Ricardo Grunewald apresentou o plano de trabalho da nova gestão e o planejamento realizado com o objetivo de trabalhar de forma ordenada, trazendo a previsão de orçamento para 2021, os fluxos administrativos, a necessidade de debates sobre a emancipação, mapeamento de processos, destaques sobre a infraestrutura, adesão ao teletrabalho, fuga de cérebros, planos nos setores acadêmicos como a criação do setor de inovação, seguindo a Metodologia OKR, que é utilizada pela empresa GOOGLE e Prefeitura Municipal de GV, trazendo os eixos administrativos, infraestrutura, gestão de pessoas, acadêmico, com objetivos próprios e metas estabelecidas; Prof. Ângelo abriu para dúvidas e sugestões, sem manifestação, então comentou sobre a necessidade dos conselheiros repassarem as informações ocorridas no Conselho Gestor e o plano de gestão para os demais de suas

classes, e informou que está aberto e acessível para atender a comunidade acadêmica, que o plano da gestão atual da Direção Geral será divulgado também pelo setor de comunicação; A professora Lone solicitou a disponibilização do plano aos conselheiros para que seja possível a leitura e as considerações. Prof. Ângelo respondeu que será disponibilizado após a finalização dos últimos ajustes do plano, que o objetivo hoje era uma apresentação para ciência. 5 - Apreciação da minuta de resolução de adequação do organograma do campus; Prof. Ângelo informou a necessidade de ajustes no organograma da UFJFGV, abrindo para a relatora designada para o processo, a conselheira Prof.^a Nathane Fernandes, que fez a apresentação da minuta de proposta de resolução, contida no processo nº 23071.912256/2021-30. Após a apresentação, o Prof. Ângelo destacou alguns pontos importantes na nova proposta: 1) um setor dedicado ao restaurante universitário (RU), vinculado à Gerência Administrativa; 2) que o SIASS está sendo desdobrado em 03 seguimentos: Perícias Médicas, Promoção à Saúde e Segurança do Trabalho; 3) que a Gerência de Graduação contará com a criação de setor de Estágios e Convênios; 4) que haverá a criação do setor de inovação, vinculado à Coordenação Acadêmica; Finalizada a apresentação, o Prof. Ângelo informou a todos que a restrição de FGs impediu a ampliação e descentralização do organograma. Informou também que a busca por FGs é uma constante luta da atual e antigas gestões do campus. Em regime de discussão, a TAE Iracema sugeriu a alteração do nome do setor de “Estágios e Convênios” para “Estágios”, simplesmente. A Prof.^a Angélica sugeriu “Estágios e Seus Convênios” e esclareceu os serviços que são realizados pelo setor. Prof. Fábio Pieri sugeriu a utilização somente do nome Estágios, conforme sugerido; Prof.^a Clarice concordou com a utilização do termo Estágio apenas, assim como os discentes Lucas Carvalho Ferreira e Daniela; Prof. Ângelo informou que ainda não há autonomia para a estrutura completa do setor de convênios em GV, que ainda depende de JF. O Diretor Ângelo informou que a nomenclatura não afeta as ações do setor e sugeriu que a votação do organograma com a alteração do nome do setor de “Estágios e Convênios”, para “Estágios” e informou que o setor de Comunicação está com a abreviatura C.C.E. O Prof. Fábio questionou a vinculação do setor de comunicação à coordenação acadêmica e o Prof. Ângelo explicou que o objetivo é a maior sincronização do acadêmico buscando uma comunicação maior, principalmente porque a Coordenação Administrativa não tem demandas diretas para o setor, ao contrário do Acadêmico. Mariana Lage pergunta se tem alteração de pessoal com a alteração do organograma; Prof. Ângelo esclarece que a princípio não, porém com o decorrer do tempo irá analisar a necessidade, e que foi aberto aos servidores a opção de trocar de setor com a nova gestão e a grande maioria não viu a necessidade. O servidor Diener informou que ainda não há previsão de troca de servidores entre direção e instituto; Prof. Ângelo informou que havendo necessidade e disponibilidade de código de vaga é possível a troca; em regime de votação, foi aprovado organograma apresentado, com 25 votos a favor e 6 abstenções. 6 - Apreciação da minuta de resolução do setor de inovação, trazida pelo Conselheiro Prof. Wesley Nascimento com a apresentação da minuta de resolução do processo SEI nº 23071.912063/2021-03 para criação do Setor de Inovação, Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia (SIETT) do Campus Governador Valadares, considerando o recente reconhecimento da “Inovação” como eixo universitário, além do ensino, pesquisa, extensão e administração, e o presente processo está sendo submetido para apreciação da comunidade acadêmica, visando a transformação do “GT Inovação” em “Setor de Inovação”; aberto para apreciação pelo Diretor Ângelo, sem considerações, foi aberto regime de votação sendo aprovado com 27 votos a favor e 02 abstenções; 7 - Indicação de nome para compor o Comitê de Inovação da UFJF, conforme Resolução CONSU 17/2021. O Diretor discutiu rapidamente sobre a Resolução CONSU 17/2021, que prevê a indicação de um servidor do Campus GV para compor o Comitê de Inovação. Informou que de acordo com a resolução, a indicação deve ser feita pelo Conselho Gestor. Considerando que a Prof.^a Nádia Carvalho (Depto de Administração) já era a Coordenadora do GT Inovação, que seria justo que ela continuasse como a representante do setor e que representasse o Campus GV no Conselho de Inovação. Nada mais tratado, em regime de votação: 23 votos a favor e 03 abstenções. 8 - Definição de comissão para definir “Metodologia de Debate” acerca de uma possível emancipação do Campus GV (Sem processo, mas presente em ata do CONSU de 22/11/2019. O Prof. Ângelo introduziu o assunto dizendo que recentemente havia sido convidado para uma reunião com o Ministro da Educação, onde estiveram presentes, além do Vice-Diretor, Prof. Alex Sander e o Coordenador Administrativo, Ricardo Grunewald, o Prefeito de Gov. Valadares, André Merlo, o Deputado Hercílio Diniz, os Vereadores Jamir Calili e Alessandro Ferraz, além de outros nomes. Enfatizou que tão logo soube da reunião, que informou à reitoria e que o Reitor já esperava que a reunião pudesse ocorrer a qualquer momento, e que houve concordância do Reitor quanto à participação da equipe de GV na reunião. Explicou que na ocasião foram tratados dois assuntos:

1) Possibilidade de retomada da obra do campus GV e 2) Demanda do município pela emancipação do Campus GV, com consequente criação da Universidade Federal de Governador Valadares. Explicou que o tema sobre retomada da obra teve pouco espaço por envolver um montante orçamentário muito grande; e que a pauta da emancipação ganhou espaço na discussão. Informou que até aquele momento, o que existia de oficial eram projetos de Lei, que ainda estavam em nível excipiente; e que havia uma deliberação do CONSU de 2019, que solicitava o estabelecimento de uma metodologia de discussão sobre a emancipação. Deixou claro que o assunto tratado foi veiculado no site do Campus GV, além de que, na sua opinião, até o presente momento, não havia nenhum debate sendo realizado, mas sim, manifestações pessoais de entes políticos em suas redes sociais. Informou que em 2020 havia sido formada uma comissão para tratar do tema da emancipação, que inclusive havia iniciado seus trabalhos. Porém quando um dos membros havia identificado que o tema da comissão estava diferente do deliberado pelo CONSU, os membros ficaram perdidos e a comissão foi desfeita. Somado a isso, a pandemia desacelerou os trabalhos. Finalizou sua fala dizendo que todas as frentes com as quais têm conversado, tanto internas quanto externas, têm manifestado sobre a necessidade de amplo debate sobre o assunto; assim traz a necessidade de criação de uma comissão que trate da metodologia, porém por ser um tema muito amplo, será feito uma comissão. Foi aberta a palavra para a discussão sobre o assunto. O 1º inscrito foi o Prof. Henrique Queiroz (Administração) que informou que participou da comissão anterior e sugeriu que a comissão fizesse um filtro nas postagens midiáticas e que não deveria se pautar em objetivos políticos, manifestando que o debate deveria ocorrer apenas a nível interno, na comunidade acadêmica. A Prof.ª Clarice (Nutrição) afirmou que é importante levar em consideração a posição política envolvida, pois a universidade foi criada por meio de intervenção política e que a todo momento estamos em contato com frentes políticas que tem contribuído para o desenvolvimento do campus. A Prof.ª Fernanda Alcântara (Direito) solicitou esclarecimentos se a emancipação do campus GV foi pautada no CONSU, questionando se o pleito da emancipação é de origem política, ou de origem dentro da comunidade acadêmica; que não concordava com a movimentação externa à comunidade acadêmica visando a emancipação; que passou por duas universidades que vivenciaram processo de emancipação, e que os políticos estavam definindo até horário de funcionamento. Manifestou sua preocupação com o marketing negativo que o jornal Diário do Rio Doce estava criando na comunidade acadêmica e a participação da UFJF na agenda do deputado Hercílio Diniz, questionou o orçamento e a estrutura para a emancipação. Em resposta, o Prof. Ângelo frisou que não estamos ainda no patamar de discussão se iremos emancipar ou não. Reforçou que ainda não existe debate, mas sim, manifestações pessoais de entes políticos. Disse ainda que a demanda de criação de um campus próprio, com a identidade local, vem desde antes da criação do campus. Que o Projeto de Lei do Deputado Leonardo Monteiro de 2011 é a prova disso. E que desde a criação do campus, já existia uma articulação pela sua emancipação, destacando que todas as frentes políticas locais tem defendido esta causa e que continuarão defendendo, tanto pelo fato de entenderem a necessidade de criação de uma universidade com uma vocação institucional local, tanto pelo fato de que a expectativa pela emancipação vem desde antes da criação do campus. Informou que nos encontros que teve com representantes do município, que todas as frentes do executivo e legislativo irão levar o pleito adiante. E que este seria mais um motivo para acelerarmos as discussões. Na sequência, o Prof. Erly do departamento de farmácia disse que o pleito por parte do município é legítimo e existe sim a necessidade de diálogo, sendo necessário um estudo de viabilidade para dizer se convém ou não emancipar, convocando a comunidade ao diálogo amplo e democrático, para que seja tomada uma decisão coletiva acertada. Enfatizou que o debate deve ocorrer sim em conjunto com o município, pois a universidade existe, inclusive, para atender a população local e que esta população tem seus representantes no legislativo e no executivo que interagem continuamente com a universidade. Finalizou dizendo que não tem como a universidade crescer sem o apoio da cidade. Em seguida, o Prof. Ângelo pediu permissão ao conselho para passar a palavra ao Prof. e Vereador Jamir Calili (Direito), pois ele teria que se retirar para uma outra reunião. O Prof. Jamir informou que não é representante na UFJF em nenhum espaço político, mas afirma que tem interesse no assunto como político e como professor da UFJF, relatando que no debate com o MEC, o Prefeito de GV que conseguiu a agenda para relatar vários assuntos voltados à educação no município, sendo que solicitou inclusão dessa pauta na reunião do MEC. Informou que avisou ao reitor sobre a intenção, e relatou que a pauta da emancipação não foi apenas vontade política, mas que veio também dos anseios da comunidade acadêmica; sempre deixando claro que o debate deveria ser internalizado, mas que não há como limitar o debate externo. Destacou a participação de todos os deputados da cidade: Leonardo

Monteiro, Euclides Petersen e Hercílio Diniz; e que estará atuando em sintonia com o que o conselho gestor definir. Por questão de ordem, como foi atingido o limite de 03 horas de reunião, momento em que o Diretor fez a enquete para votação da continuidade da reunião por mais 01 hora ou a remarcação para a continuidade em outro dia, sendo votados 17 a favor, 13 contra e 03 abstenções. Em seguida, com a palavra, a Prof^a. Ione disse para focar na criação da comissão que irá estabelecer a metodologia para estudo da emancipação do Campus GV, mas manifestou que a discussão deve partir da comunidade interna e que, somente depois, deveria ser levada para a comunidade externa. O Discente WebertArão (Farmácia) informou que preza pela equidade. Mas que a UFJF nunca tratou o campus com equidade e que por consequência dos problemas diários, sua vida de estudante ficou prejudicada. Que nunca houve um momento em que pudesse ser apenas estudante e que sempre foi necessário o envolvimento dos estudantes em lutas relativas a questões simples e de direito, como RU. Destacou o exemplo de que certa vez foi até a sede administrativa e que o local estava sem água porque um servidor da sede havia deixado de pagar a conta de água. Manifestou que a universidade é política e que foi criada por forças políticas e que os políticos sempre tem nos auxiliado, inclusive com emendas parlamentares. Disse que os cursos da saúde tem vivido situações deploráveis, os processos são demorados e tudo depende da sede em Juiz de Fora para que as coisas possam fluir em GV, que muitos professores passaram por GV e não ficaram, indo logo em seguida para a sede, o que caracteriza um fluxo migratório de professores para a sede. Exemplificou o fluxo migratório de servidores do campus GV para o Campus JF, manifestando a gravidade deste assunto. Falou sobre a dificuldade com os estágios no Curso de Farmácia, em decorrência da extrema burocracia e falta de autonomia. O discente André (Medicina) informou que participou de reunião recente do CONSU e notou que não há mais uma resistência de JF para a emancipação de GV. Destacou que tem conhecimento de outra IES que emanciparam e que hoje tem uma estrutura significativamente estável, melhor que a de GV. Destacou que há alguns anos houve sim a tentativa de se estimular o debate no Campus GV, mas que muitos departamentos optaram por não levar a discussão adiante. Disse que se a discussão está acontecendo, é porque abrimos mão do nosso direito de efetuar o debate. Citou que o maior convênio de estágios é com a Prefeitura de GV e que o maior projeto de extensão do campus GV é pago com emenda parlamentar. Que por esta razão, devemos sim ter a participação dos entes políticos. Disse que professores tem saído do campus GV para o Campus Sede e que a UFJF nunca se pronunciou quanto a este assunto. E que se existem interesses obscuros por parte de políticos favoráveis à emancipação, quem garante que não existem também interesses obscuros por parte de servidores interessados em remoção para a sede? Finalizou dizendo que o campus GV tem ficado com as vagas em aberto, que não houve avanços na infraestrutura, que o orçamento de GV, que está vinculado a Juiz de Fora, há necessidade de não se esvaziar as comissões e darem andamento aos trabalhos, devendo ser criada uma comissão mais enxuta e objetiva para esta pauta. Prof. Ângelo lembrou que o debate não é sobre a opinião pessoal acerca da emancipação, e sim sobre a votação da criação da comissão. O Prof. Ângelo deu andamento à pauta, apresentando proposta de composição de comissão por parte da direção, com 07 membros (1 discente, 1 TAE, 4 docentes e um representante da direção; além dos respectivos suplentes), justificando esta proposta pelo fato de que o objeto é relativamente simples e não justificaria uma comissão grande. A Servidora Isadora, em nome do SINTUFEJUGV, solicitou composição paritária da comissão. Por questão de ordem, o Prof. Alex Moura informou ser necessário votar as duas propostas, do sindicato e da direção. Prof. Henrique solicita o esclarecimento quanto ao quantitativo de membros para composição da comissão. Prof. Ângelo disse que a proposta da direção seria 07 membros; Prof. Leandro sugere 09 membros para a comissão proposta pelas entidades. Prof. Ângelo decide pela enquete que vota a composição proposta pela direção e outra pelas entidades. Aberta a votação sendo 18 votos para a proposta da Direção, e para a proposta paritária 11 votos e uma abstenção. Prof.^a Nathane complementa que o representante da Direção deve ser professor para que componha a LDB. Prof. Ângelo esclarece que é a composição da comissão prevista na proposta da direção é LDB mais um representante que pode ser TAE ou Professor; Prof. Ângelo informa que cada entidade deve indicar um membro titular e um suplente, e o Conselho Gestor deve indicar 03 membros como professores, que poderão ser indicados neste momento, sendo eles: Prof. Hugo do ICV, Prof.^a Mabel do ICV, Prof.^a Meirele do ICV, Prof.^a Juliana do ICSA como titular; como há indicação de 04 membros a Isadora do SINTUFEJUF informou a necessidade de suplência, Prof. Henrique reformou a necessidade de suplência, visto que na antiga comissão era difícil achar agenda, Prof. João Castro frisou a necessidade de membros docente do ICSA. Prof.^a Cynthia Lessa do ICSA informou ter interesse na suplência. Prof. Fábio Pieri, pelo ICV na Suplência. Prof. Ângelo informa que a comissão deverá formar parecer que será

apresentado ao Conselho Gestor. André discente solicita informação da composição com membro de JF na comissão; Ricardo Grunewald esteve na reunião e esclarece que a Comissão estaria diretamente ligada a reitoria devendo fazer a apresentação do parecer no CONSU; Prof.ªNathane entende que primeiramente deve ser aprovada em GV; Ricardo diz que foi claro que a ata do CONSU prevê a apresentação direto no CONSU; Prof.Ângelo informa que estão seguindo a ata de 2019 e em 2021 houve um informe no CONSU sobre o tema e que a comissão é autônoma, mas que irá conversar com a reitoria sobre o assunto, para esclarecimentos gerais; Prof.André Drumond gostaria que constasse em ata que a composição da comissão não segue a forma expressa na LDB, apesar dela ter sido usada na sustentação da proposta. Atingido o tempo regimental de 04 horas, o Diretor encerra a reunião. Não havendo novas manifestações e nada mais a tratar, o Senhor Presidente agradeceu ao Conselho a presença de todos e encerrou a presente reunião, que foi secretariada por mim, Isadora Camargos Pacheco, que para constar lavrei a presente ata, que dato e assino.

Governador Valadares, 08 de junho de 2021.

Isadora Camargos Pacheco

Secretaria Administrativa do Conselho Gestor

Prof. Dr. Ângelo Márcio Leite Denadai

Diretor Geral do Campus de Governador Valadares

ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA 13/08/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Alex Sander de Moura, Diretor (a)**, em 13/08/2021, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Schirley Maria Policario, Coordenadora**, em 13/08/2021, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tuélita Marques Galdino, Professor(a)**, em 13/08/2021, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jenifer Carvalho Grossi, Servidor(a)**, em 13/08/2021, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angelo Marcio Leite Denadai, Diretor (a)**, em 17/08/2021, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Binato Junqueira, Professor(a)**, em 17/08/2021, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Berger Deorce, Professor(a)**, em 08/09/2021, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isadora Camargos Pacheco, Servidor(a)**, em 15/09/2021, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.uffj.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0465910** e o código CRC **74131356**.

Referência: Processo nº 23071.925877/2021-87

SEI nº 0465910